



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – DSS

JAILMA VANNUCCI DOS SANTOS RANGEL

**O SERVIÇO SOCIAL NA POLÍCIA MILITAR: UMA ANÁLISE DA PROFISSÃO
SOB O OLHAR DOS POLICIAIS MILITARES DO 2º BPM DO MUNICÍPIO DE
CAMPINA GRANDE/PB**

CAMPINA GRANDE

2013

JAILMA VANNUCCI DOS SANTOS RANGEL

**O SERVIÇO SOCIAL NA POLÍCIA MILITAR: UMA ANÁLISE DA PROFISSÃO
SOB O OLHAR DOS POLICIAIS MILITARES DO 2º BPM DO MUNICÍPIO DE
CAMPINA GRANDE/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, como requisito essencial para obtenção de Título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Ma. Aliceane de Almeida Vieira.

CAMPINA GRANDE

2013

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

R196s

Rangel, Jailma Vannucci dos Santos.

O Serviço Social na Polícia Militar [manuscrito] : uma análise da profissão sob o olhar dos policiais militares do 2º BPM do município de Campina Grande/PB / Jailma Vannucci dos Santos Rangel. – 2013.

43 f. : il.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2013.

“Orientação: Profa. Ma. Aliceane de Almeida Vieira, Departamento de Serviço Social”.

1. Segurança pública. 2. Atuação profissional. 3. Polícia Militar. 4. Assistência Social. I. Título.

21. ed. CDD 363.2

JAILMA VANNUCCI DOS SANTOS RANGEL

**O SERVIÇO SOCIAL NA POLÍCIA MILITAR: UMA ANÁLISE DA PROFISSÃO
SOB O OLHAR DOS POLICIAIS MILITARES DO 2º BPM DO MUNICÍPIO DE
CAMPINA GRANDE/PB**

APROVADA EM: 06/09/2013

BANCA EXAMINADORA:

Aliceane de Almeida Vieira

Profª Ma. Aliceane de Almeida Vieira
(Orientadora – UEPB)

Thaísa Simplicio Carneiro Matias

Profª Ma. Thaísa Simplicio Carneiro Matias
(Examinadora – UEPB)

Alcilene da Costa Andrade

Profª Ma. Alcilene da Costa Andrade
(Examinadora - UEPB)

*Dedico aos meus pais: **Jaime Rangel** e **Maura Rangel**, razão maior da minha existência e da minha formação profissional. Com amor profundo.*

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus que, por seu infinito amor, concedeu-me o direito à vida. Que por sua bondade conduziu-me por caminhos que me aproximaram dele, me abençoado em tudo. Agradeço-lhe por me proporcionar o alcance desta conquista: minha formação acadêmica e profissional. Sou grata por todas as minhas conquistas e por todas que estão por vir.

Ao meu Deus, mais uma vez, por me conceder o privilégio de ter Jaime Rangel e Maura Rangel como meus pais. Pai e mãe, vocês são os pilares da minha vida, a minha força, a minha razão de estar aqui e de seguir em busca de novos saberes, de crescimento pessoal e profissional. Agradeço-lhes por terem dedicado a mim a sua vida, o seu amor incondicional, por me ensinar seus princípios e valores, por me conduzir pelo caminho do estudo e do conhecimento, fazendo-me chegar até aqui e incentivando-me a ir além. Pai e mãe, vocês são tudo para mim. Amo-os muito! Obrigada por tudo.

À minha família, em especial às minhas irmãs Clécia, Lidianni e Michelli e aos meus irmãos Clébson e Cleilson por nossa amizade, pelo incentivo e apoio durante a minha graduação. A importância deste momento é maior por tê-los na minha vida. Amo-os de maneira singular e verdadeira!

Às minhas amigas Cleonilda, Conceição e Márcia, com quem dividi muitas alegrias e por compartilharem deste momento importante.

Aos meus amigos da faculdade, em especial a Maristela, Kesia, Alana e Maria José que, durante todo o curso, trabalhamos em equipe aprimorando o conhecimento e fortalecendo a amizade.

Aos professores do curso de Serviço Social que contribuíram para a minha formação acadêmica e profissional. Muito obrigada!

À minha supervisora de estágio, Genize Pereira, por sua dedicação, compreensão e confiança depositada em mim, no período do estágio supervisionado no 2º BPM.

À minha Orientadora, Professora Mestre Aliceane Almeida, por sua disponibilidade, sua dedicação e por acreditar no meu trabalho. O tempo de convívio fez-me admirá-la pelo que é e por sua competência profissional. Nossas orientações proporcionaram-me o enriquecimento e ampliação do conhecimento. Muito obrigada!

Às professoras que aceitaram o convite em participar da banca examinadora, Professoras Thaísa Simplício e Alcilene Andrade. Muito Obrigada!

*Posso todas as coisas naquele que me fortalece.
Filipenses 4:13*

O SERVIÇO SOCIAL NA POLÍCIA MILITAR: UMA ANÁLISE DA PROFISSÃO SOB O OLHAR DOS POLICIAIS MILITARES DO 2º BPM DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE/PB

Jailma Vannucci dos Santos Rangel¹

RESUMO

A presente produção teórica é resultante da observação e da pesquisa realizada no âmbito do estágio supervisionado, o 2º Batalhão de Polícia Militar do município de Campina Grande/PB (2º BPM). A motivação por este estudo deveu-se ao fato de que, alguns desafios eram enfrentados pela assistente social do referido Batalhão, na efetivação de sua prática profissional junto aos Policiais Militares e seus familiares, usuários do setor de Serviço Social. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo analisar como têm-se configurado a profissão de Serviço Social no 2º BPM do município de Campina Grande/PB, sob o olhar dos Policiais Militares. A pesquisa foi realizada com trinta Policiais Militares do 2º BPM, foi estruturada a partir de um estudo exploratório e descritivo, utilizando dados qualitativos. Utilizamos a amostra probabilista, do tipo aleatória. A captação dos dados se deu através da observação e da entrevista semi-estruturada. Os resultados apresentam que os Policiais Militares entrevistados, possuem conhecimento superficial acerca da profissão de Serviço Social. A maioria conhece o setor de Serviço Social, o considera muito importante para o 2º BPM e metade utilizaram os serviços do setor. A pesquisa revela que o Serviço Social têm-se configurado como uma profissão conhecida e reconhecida no 2º BPM.

Palavras-chave: Serviço Social. Segurança Pública. Policial Militar.

ABSTRACT

The present theoretical production is resulting of observation and survey conducted under the supervised internship, the 2nd Battalion Military Police in the city of Campina Grande / PB (2nd BPM). The motivation by this study was due to the fact that, some challenges were faced by social worker, the aforementioned Battalion, in the effectuation of their professional practice with Military Police and their relatives, sector users of Service Social. In this sense, this article aims analyze how the profession of Service Social have been configured the in 2nd BPM the municipality of Campina Grande / PB, in the view of Military Policemen. The research was conducted with thirty Military Policemen of 2nd BPM; it was structured from a study exploratory and descriptive, using qualitative and quantitative data. We use the sample probabilistic, of the type random. The data acquisition was done through observation and semi-structured interview. The results show that the Military Policemen interviewed have superficial knowledge about the social work profession. The majority knows the sector of Service Social, they consider very important for the 2nd BPM and half used the sector services. The research reveals that the Social Services have been configured as a profession known and recognized in the 2nd BPM.

Keywords: Social Services. Public Safety. Military Police.

¹ Graduanda do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

LISTA DE SIGLAS

2º BPM – 2º Batalhão de Polícia Militar

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CEAS – Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo

CBCISS – Comitê Brasileiro de Conferência Internacional de Serviço Social

PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência

SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública

SUSP – Sistema Único de Segurança Pública

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	09
2	O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: ALGUNS ASPECTOS DE SUA TRAJETÓRIA E CONSOLIDAÇÃO NA SOCIEDADE CAPITALISTA.....	10
2.1	O Serviço Social nas Instituições Públicas.....	15
3	A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL: DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 AOS DIAS ATUAIS	17
3.1	A Polícia Militar da Paraíba: uma breve contextualização de sua trajetória.....	19
4	O SERVIÇO SOCIAL NA POLÍCIA MILITAR - 2º BPM DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE/PB: ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS.....	21
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
	REFERÊNCIAS.....	33
	APÊNDICE A – ENTREVISTA COM OS POLICIAIS MILITARES DO 2º BPM.....	36
	ANEXO A – DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM PROJETO DE PESQUISA.....	39
	ANEXO B – TERMO DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL.....	40
	ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	41
	ANEXO D – TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL.....	43

1 INTRODUÇÃO

O Serviço Social, cujo surgimento está atrelado aos interesses da Igreja Católica e à inserção da classe trabalhadora no cenário político, é uma profissão inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho, que historicamente tem atuado no campo das políticas sociais, entre elas, a da Segurança Pública. E é nesta última que está concentrado o objeto de estudo deste trabalho.

O presente trabalho é decorrente da observação e da pesquisa realizada durante o estágio supervisionado desenvolvido no 2º Batalhão de Polícia Militar do município de Campina Grande/PB (2º BPM), onde buscamos analisar como têm-se configurado a profissão de Serviço Social sob o olhar do Policial Militar.

A motivação pela referida temática deveu-se ao fato de que, durante a nossa trajetória no referido estágio, observamos que alguns desafios eram enfrentados pelo setor de Serviço Social na efetivação de suas ações junto aos Policiais Militares e seus familiares. Nesse sentido, nos sentimos instigadas a compreender como os Policiais Militares entendem a profissão de Serviço Social sendo esta inserida na equipe da instituição.

Para a realização da pesquisa nos apropriamos dos estudos exploratório e descritivo utilizando dados quali-quantitativos que, segundo Minayo (1994), se complementam excluindo qualquer dicotomia. Utilizamos o referencial teórico-metodológico pautado no método crítico-dialético, pois este não envolve apenas questões ideológicas, mas trata-se de um método de investigação da realidade pelo estudo de sua ação recíproca. Para Chagas (s.d., p. 2), o método crítico-dialético de Marx pressupõe a investigação que é apropriação analítica, reflexiva do objeto pesquisado antes de sua exposição metódica, onde esta última consiste em uma exposição crítico-objetiva do objeto.

Nesse sentido, a pesquisa teve como sujeitos trinta Policiais Militares, onde utilizamos a amostra probabilista, do tipo aleatória. Buscamos traçar o perfil dos Policiais Militares; identificar, a partir da percepção dos Policiais Militares, a relevância do Serviço Social enquanto profissão que busca viabilizar direitos; identificar a contribuição do Serviço Social para o 2º BPM, bem como de que maneira as ações do setor de Serviço Social se vinculam à realidade institucional do referido Batalhão.

Para captação dos dados, fizemos uso de dois instrumentos muito utilizados em pesquisas que é a observação e a entrevista semi-estruturada. A observação, de acordo com Barros e Lehfeld (1990), é imprescindível em toda pesquisa científica. Sobre entrevista semi-

estruturada, Triviños (1992), diz que é aquela que parte de questionamentos básicos e que oferece um campo amplo de interrogativas.

A sistematização e análise dos dados relaciona-se com a fundamentação teórica e com as respostas dos sujeitos entrevistados, os Policiais Militares. Os dados quali-quantitativos foram submetidos a tratamento estatístico-descritivo sendo apresentados através de tabelas em número e porcentagem e através de relatos das falas dos sujeitos.

Para obter os resultados esperados nesta pesquisa, nos debruçamos sobre os estudos de Paulo Netto (1991; 1996), Iamamoto (2008; 2010), Silva (1995), Lima (2000), Triviños (1987), entre outros.

O presente artigo enfatiza, no primeiro momento, alguns aspectos da trajetória e consolidação do Serviço Social no Brasil e sua inserção nas Instituições Públicas. Em seguida, discutiremos sobre a Política de Segurança Pública enfocando o período da Constituição Federal de 1988 aos dias atuais, apresentando uma breve contextualização história da Polícia Militar da Paraíba, e abordando algumas características do 2º BPM, âmbito do estágio e local da pesquisa. Finalizando, apresentaremos a análise e a interpretação dos resultados da pesquisa.

2 O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: ALGUNS ASPECTOS DE SUA TRAJETÓRIA E CONSOLIDAÇÃO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Analisar o Serviço Social como profissão é situá-lo como parte integrante dos fatos e acontecimentos que compõem a história do Brasil, dentro do contexto das relações sociais. Para isso, é necessário remeter-se aos aspectos relevantes quanto à sua gênese, sua legitimação e consolidação na sociedade capitalista, bem como destacar o posicionamento e a resposta do Estado, da burguesia e da Igreja Católica frente à questão social¹.

Na década de 1920, no Brasil, o Estado, a burguesia e a Igreja Católica não reconheciam a questão social. O Estado, assim como a burguesia, utilizava-se da repressão policial para manter a ordem e o controle social no país e também de ações assistencialistas por parte desta última. Com o fim do Império, a Igreja Católica perde os privilégios, o poder, a hegemonia que outrora possuía junto às classes dominantes e ao Estado, passando a articular meios na perspectiva de recuperar sua posição e influência política e religiosa. Este fato

¹ Para Iamamoto (2008, p. 27), a questão social é definida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

inicia-se na segunda metade da República Velha, denominado por Iamamoto e Carvalho (1982) de “movimento de reação católica”. Nesse período, surge na Europa as primeiras Escolas de Serviço Social, diferentemente do Brasil que toma seus primeiros passos ao conhecer a existência da questão social e procura meios de solucionar a mesma.

Destarte, dentro do movimento de reação católica, são criadas a Associação das Senhoras Brasileiras no Rio de Janeiro (1920) e a Liga das Senhoras Católicas em São Paulo (1923). É interessante destacar que, as instituições supracitadas, juntamente com o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), possuem papel relevante no surgimento do Serviço Social no Brasil. Iamamoto e Carvalho (1982) situam na década de 1920 a gênese do Serviço Social atrelada à ideologia e à doutrina social da Igreja Católica, como resposta ao acirramento das contradições capitalistas em sua fase monopolista, para o controle da classe trabalhadora e legitimação dos setores dominantes e do Estado.

A década de 1930, no Brasil, caracteriza-se como uma época marcada por mudanças no âmbito político, econômico e social. Ocorria o deslocamento da economia eminentemente agrário-exportadora para o modelo industrial. Têm-se início ao processo de industrialização e, conseqüentemente, o crescimento da população urbana. Atrelado a este processo de desenvolvimento e hegemonia do capitalismo industrial e financeiro, crescem as desigualdades sociais, ocasionando o agravamento da questão social.

Os antagonismos do capitalismo são impactados na sociedade. Em decorrência das desigualdades sociais e da exploração desmedida do capitalismo, o proletariado organiza-se politicamente e nesse momento de reivindicações por direitos, a questão social passa ter uma nova conotação direcionando o Estado a reconhecê-la politicamente. De outro lado, a Igreja fortalece sua aproximação com o Estado visando intervir nos problemas sociais.

É nesse contexto de reconhecimento da questão social que ocorre a institucionalização do Serviço Social, configurando-se como uma resposta governamental aos movimentos desencadeados pelos trabalhadores. O Serviço Social aparece, então, como pacificador das relações entre o trabalhador, o capitalista e o Estado. Na mesma década, 1930, surgem as escolas pioneiras de Serviço Social: em 1936, a Escola de Serviço Social de São Paulo e em 1937 a Escola de Serviço Social no Rio de Janeiro.

Referente a este período, Iamamoto (2008), resgata elementos que nortearam o processo de surgimento e construção ideológica do Serviço Social:

Serviço Social no Brasil nasce e se desenvolve nos marcos do pensamento conservador, como um estilo de pensar e de agir na sociedade capitalista, no bojo de um movimento reformista conservador. Articula elementos cognitivos e valorativos

diversos em arranjo teórico-doutrinário particular, presidido pela doutrina social da Igreja e os seus desdobramentos do neotomismo, pelo moderno conservadorismo europeu e a sociologia funcionalista, especialmente em suas versões mais empiricistas norte-americanas (IAMAMOTO, 2008, p. 219).

O Serviço Social no Brasil e em outros países, surge dentro da perspectiva de enfrentamento da questão social e ao mesmo tempo de legitimar e assegurar as condições necessárias de reprodução e manutenção do capital. A realidade evidenciava mais o sistema econômico excludente e explorador que estava implantado no Brasil e em outros países.

Na década de 1940, constata-se um avanço profissional para o Serviço Social, cujo avanço é comprovado com o primeiro Código de Ética, tendo como título “Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais”. Na década seguinte, houve o reconhecimento da profissão, sendo esta, regulamentada inicialmente pela Lei nº 3.252/57.

É na década de 1960 que a categoria profissional conquista o segundo Código de Ética do Assistente Social. O Serviço Social no período da ditadura militar tem sua vertente crítica reforçada. Segundo Silva (1995), o Serviço Social ganha impulso no âmbito quantitativo (expansão do mercado de trabalho) e qualitativo (debate acerca de questões teóricas e de metodologias). A realidade da sociedade brasileira, nesse período, e a forma como a política social é assumida pelo Estado e empresas, passa a exigir da categoria profissional um avanço técnico profissional. Este período seria o princípio do Movimento de Reconceituação do Serviço Social no Brasil. Nesse período, conforme nos coloca Silva (1995, p. 34)

A formação profissional do assistente social passa a ser pautada pela busca de eficiência e modernização da profissão, sendo que o planejamento, a coordenação e administração passam a desempenhar papel fundamental, aliado ao esforço de capacitação profissional para uma atuação em nível macro e para participação em equipes interprofissionais.

Nesta conjuntura, se gesta na América Latina o Movimento de Reconceituação do Serviço Social latino americano (Chile, Argentina, Peru e Uruguai) que representou um momento histórico, onde a categoria realizou um processo de revisão crítica da profissão, do positivismo e do funcionalismo.

Sobre o referido movimento, Iamamoto (2008, p. 207) afirma que

(...) esse perfilou-se, desde o seu nascedouro, como um movimento de denúncia – de autocrítica e de questionamento societários – que tinha como contraface um processo seletivo de busca da construção de um novo Serviço Social latino-americano, saturado de historicidade, que apostasse na criação de novas formas de sociabilidade a partir do próprio protagonismo dos sujeitos coletivos.

Podemos afirmar, então, que o Movimento de Reconceituação na América Latina, representou um processo de ruptura com o Serviço Social tradicional e conservador, apontado para o desenvolvimento de novas ações voltadas às demandas e interesses da classe trabalhadora. No Brasil, os assistentes sociais assumem o compromisso profissional de romper com o conservadorismo na perspectiva de adequar o Serviço Social às novas demandas da sociedade e às novas tendências políticas geradas pela ditadura militar. Paulo Netto (1991, p. 131) aponta esse momento como de “renovação do Serviço Social” e esclarece:

Entendemos por renovação o conjunto de características novas que (...) o Serviço Social articulou (...), procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais.

Afirma, ainda, que a laicização do Serviço Social foi um dos elementos que contribuíram para a renovação da profissão sob a autocracia burguesa.

Nessa busca pela modernização da prática profissional, a categoria sinaliza as primeiras expressões através dos “seminários de teorização” de Araxá (1967), Teresópolis (1970), Sumaré (1978), e Alto da Boa Vista (1984), publicados pelo Comitê Brasileiro da Conferência Internacional de Serviço Social (CBCISS). Nas palavras de Paulo Netto (1991, p. 165) esses dois encontros

(...) podem ser tomados como a consolidação modelar da tentativa de adequar as (auto)representações profissionais do Serviço Social às tendências sócio-políticas que a ditadura tornou dominantes e que não se punham como objeto de questionamento substantivo pelos protagonistas que concorreram na sua elaboração.

É nesse processo de recusa e crítica ao conservadorismo – que embora não tenha ocorrido o rompimento nesse período - que os assistentes sociais dão início a um novo projeto profissional: o Projeto Ético-Político do Serviço Social, datando a transição da década de 1970 a 1980. Na década de 1970, a categoria passa a ter o terceiro Código de Ética.

O contexto histórico do Brasil, no período ditatorial e início da década de 1980, nos faz perceber as transformações e avanços significativos ocorridos no interior do Serviço Social:

Os anos 80 começariam como uma forte mobilização de setores do Serviço Social em seus diversos campos de atuação. O questionamento de uma pretensa neutralidade profissional abriria espaço para a assunção da dimensão político-ideológica da profissão e seu vínculo a um projeto de classe não dominante (...). A legitimação da profissão dar-se-ia a partir do compromisso com as classes populares, rompendo-se qualquer visão tecnicista e/ou assistencialista voltadas a reduzir a

pobreza/miséria sem atacar as bases geradoras desses problemas (FALCÃO, 2008, p. 37).

Sobre o Serviço Social na década de 1990, Paulo Netto (1996, p. 106) diz que “na entrada da década de noventa, o Serviço Social se apresenta no Brasil como uma profissão relativamente consolidada”. É na década de 1990 que vemos o resultado das mobilizações históricas da categoria profissional. Nesse período, havia cerca de 70 unidades de ensino no Brasil; em 7 universidades já haviam pós-graduação; o Serviço Social já dispunha de uma bibliografia própria e contava com sessenta mil (60.000) assistentes sociais (ibidem, p. 107).

Temos presenciado nas últimas décadas as transformações societárias ocorridas no Brasil, nos âmbitos econômico, social, cultural e político, em decorrência da globalização dos mercados e do avanço do neoliberalismo. Dentre elas, está a retração do Estado que vem reduzindo suas ações e responsabilidades referente à implementação e efetivação das políticas sociais e dos direitos sociais da população, as quais têm sido transferidas para a sociedade civil, ONGs, instituições filantrópicas e para as empresas, em que, esta última tem desempenhado a chamada “filantropia empresarial”. A retração do Estado, citada a pouco, tem sido manifestada na “compressão das verbas orçamentárias e no deterioramento da prestação de serviços públicos” (IAMAMOTO, 2008, p. 42).

A partir do cenário exposto, é de suma importância que o assistente social analise e apreenda as mudanças da contemporaneidade que estão ocorrendo no Brasil e no mundo, e que assuma uma postura profissional como agente ativo na formulação e implementação de políticas públicas.

O Serviço Social brasileiro, como cita Guimarães (2005, p.17), a partir da década de 1960, vem atuando “(...) na perspectiva de conceber e trabalhar as questões sociais na ótica da cidadania, da justiça social, da democracia, da equidade e na tentativa de conduzir-se contra todas as formas de discriminação e alienação social”. Essa atuação vem ocorrendo no cotidiano profissional, muito embora, seja em meio às dificuldades impostas pelo sistema econômico neoliberal vigente no país.

O assistente social na contemporaneidade é chamado a atuar nas diversas expressões da questão social da realidade brasileira, caracterizada como um espaço que impõe ao profissional, desafios, limites e possibilidades em sua prática profissional. Um dos maiores desafios enfrentados pelos assistentes sociais nas palavras de Iamamoto (2008, p. 20):

(...) é desenvolver a capacidade de *decifrar a realidade* e construir *propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano*. Enfim, ser um profissional *propositivo e não só executivo*.
(grifo do autor).

Os desafios são muitos e a atual conjuntura exige do assistente social uma constante qualificação profissional, que seja capaz de mediar, argumentar, planejar, dialogar, elaborar planos, projetos e programas que visem melhorias na condição de vida de seus usuários e lutem na perspectiva por uma sociedade mais justa, igualitária e democrática.

O “reconhecimento da liberdade como valor ético central”, a “ampliação e consolidação da cidadania”, o “posicionamento em favor da equidade e justiça social”, “a defesa do aprofundamento da democracia”, a “defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo”, são fragmentos dos princípios fundamentais pautados no atual Código de Ética² que direcionam a prática profissional do assistente social, a qual exige o compromisso com os valores e princípios éticos do referido código, e muito além do Código, um exercício em consonância com o Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Um fator importante a considerar é que, o assistente social ao trabalhar diretamente com a questão social, na busca pela defesa dos direitos humanos, se torna ao mesmo tempo, parte dela. Levando em consideração a complexidade e emergência da questão social do país, podemos analisar e reafirmar que o Estado tem uma parcela mínima de ações sociais direcionadas à sociedade, em oposição às ações voltadas ao fortalecimento da lógica capitalista no país. Nesse sentido, “(...) os direitos são negados, os recursos são ínfimos, serviços são privatizados, terceirizados, desconcentrados (...)” (GUIMARÃES, 2005, p. 23).

É nesse “Estado Mínimo”, que o assistente social é chamado a trabalhar e, este, sofre com a precarização do trabalho, com a informalidade, e em muitas vezes, sem um mínimo de garantia dos direitos conquistados historicamente.

2.1 O Serviço Social nas Instituições Públicas

Analisar o Serviço Social no âmbito das instituições públicas requer enfatizar o processo e os desafios pelo qual a profissão passou e vem passando dentro do contexto das relações sociais.

² O Código de Ética do Assistente Social de 1993 (Lei n° 8662/93) possui onze Princípios Fundamentais. Para consulta acessar o site do CFESS. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011_CFESS.pdf. Acesso em: 8 de nov. 2010

Com o surgimento de novas instituições após a Segunda Guerra Mundial, abre-se espaço para o Serviço Social na esfera estatal. Com o agudizamento da questão social, o Serviço Social passa a atuar por meio das políticas sociais públicas. Para Raichelis (s.d., p. 4) “(...) é o próprio Estado o grande impulsionador da profissionalização do assistente social”.

Com o avanço do capitalismo e com a organização política da classe trabalhadora na luta por direitos sociais, surge a necessidade de mediar a relação entre o capital e o trabalho e nesse momento, o assistente social é requisitado para amenizar os focos de tensões existentes.

As transformações societárias ocorridas na década de 1990 causaram um retrocesso no campo da universalização dos direitos, afetando a sociedade brasileira, bem como o espaço profissional do assistente social, como bem coloca Raichelis (s.d., p.6):

O agravamento da *questão social* decorrente do processo de re-estruturação produtiva e da adoção do ideário repercute no campo profissional, tanto nos sujeitos com os quais o Serviço Social trabalha – os usuários dos serviços sociais públicos – como também no mercado de trabalho dos assistentes sociais, que como o conjunto dos trabalhadores, sofre o impacto das mudanças que atingem o exercício profissional.

A autora traz à reflexão a atuação do assistente social nas esferas judiciária e legislativa. Atuando como um dos mediadores do Estado, o assistente social, no âmbito judiciário, trabalha no objetivo de efetivar os direitos e o acesso à justiça das classes subalternas. No poder Legislativo, o assistente social atuante, tem elaborado projetos e leis “(...) revelando que o compromisso ético-político da profissão pode e deve manifestar-se em todos os espaços em que for possível tensionar e politizar a luta pela universalização dos direitos” (Ibidem, s.d., p. 12).

A prática profissional do assistente social no âmbito judiciário, legislativo, na área da segurança pública ou outras áreas, não têm sido efetivadas sem o enfrentamento de desafios cotidianos, os quais exigem cada vez mais o conhecimento crítico da realidade e de competências capazes de atender às demandas da população usuária e da questão social, que segundo Iamamoto (2008), esta se constitui objeto de trabalho do assistente social. O assistente social deve ter capacitação teórico-metodológico e ético-político, pois desempenhará em seu exercício profissional, atividades técnico-operativas.

Dentre outros desafios presentes no trabalho do assistente social, está limitação dos recursos financeiros, o burocratismo por parte da instituição empregadora e o não conhecimento e reconhecimento da profissão por parte, muitas vezes, da equipe multidisciplinar a qual integra e pelos próprios usuários dos serviços. Outro desafio é a forma

de vínculo empregatício, que em sua maioria, é caracterizado por contrato temporário. Dentro desse contexto, cabe ao assistente social conhecer a instituição empregadora e romper com o burocratismo e atividades rotineiras, buscando novas alternativas profissionais numa perspectiva crítico-transformadora.

Em meio aos desafios, com a expansão da Assistência Social, se ampliaram, também, a inserção de assistentes sociais no mercado de trabalho profissional devido ao surgimento dos programas voltados ao enfrentamento e combate à pobreza.

O assistente social, frente à descentralização das políticas sociais públicas, precisa desempenhar novas atribuições e competências. Vale ressaltar que, com esse processo de descentralização das políticas públicas, mais espaços de trabalho tem surgido para o assistente social. São requisitados “(...) para atuar também na formulação e avaliação de políticas, bem como no planejamento e na gestão de programas e projetos sociais, desafiados a exercitarem uma intervenção cada vez mais crítica e criativa.” (RAICHELIS, s.d., p. 14).

Os processos de trabalho, nos quais se insere o assistente social, como bem coloca Yamamoto (2008), é aquele em que se tem a questão social como matéria-prima, seja no âmbito da educação, habitação, saúde ou da segurança pública onde está concentrado o objeto de estudo deste trabalho.

3 A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL: DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 AOS DIAS ATUAIS

Resultante das mobilizações e reivindicações da população brasileira, a conquista e promulgação da Constituição Federal de 1988 possibilitaram, a princípio, no plano teórico, um novo tempo de avanços na busca pelo reconhecimento, legitimação e efetivação de direitos.

No tocante à segurança pública, o artigo 144 da referida Constituição define que

A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I– polícia federal; II– polícia rodoviária federal; III– polícia ferroviária federal; IV– polícias civis; V– polícias militares e corpos de bombeiros militares (BRASIL, 2010).

O referido artigo destaca a posição do Estado frente à segurança pública colocando-o como o responsável direto para a sua efetivação; responsabiliza e assegura a todos o direito à segurança pública, bem como determina os órgãos responsáveis por exercê-la.

Martins (2008) citando Santin conceitua Segurança Pública como

um regime permanente de **proteção do cidadão** em situação de estabilidade institucional, para a manutenção da ordem interna e a proteção do cidadão no interior do país, com o intuito de uma convivência normal em sociedade e busca da harmonia social (SANTIN, s.d., p. 90 *apud* MARTINS, 2008, p. 2. grifo do autor).

Analisando o artigo e o conceito supracitados, destarte, cabe ao Estado formular, promover e implementar políticas de segurança pública de maneira que a sociedade brasileira tenha seus direitos, liberdade e a ordem pública assegurados. Salientamos, que o referido artigo responsabiliza, também, a sociedade, incumbindo cada pessoa a assumir posturas e atitudes que promovam e possa viabilizar a efetivação da segurança pública.

Temos presenciado diante dos fatos ocorridos na sociedade brasileira, um sério problema para a efetivação deste direito. Mesmo diante de medidas e leis mais severas, a criminalidade e a violência têm crescido consideravelmente nas diversas regiões do país, principalmente nos grandes centros urbanos, gerando uma onda de insegurança pública.

Para Junior (2010), as causas e elevação da criminalidade no Brasil são, entre outros fatores, decorrentes de uma desigualdade social:

A desigualdade social, já potencializada pela política desenvolvimentista do regime militar, acentuou-se ainda mais com a globalização econômica e o neoliberalismo impostos pelas agências internacionais financeiras (FMI e BM), contribuindo para a elevação das taxas de criminalidade (JUNIOR, 2010, p 78).

O referido autor sustenta a ideia de que o tráfico de armas, bem como o de drogas, que tiveram início da década de 1960, deram início a novas modalidades de crimes, agravando a questão da criminalidade e violência no país.

Mathias (2010) afirma que, durante o regime militar, as Polícias foram instrumentos de proteção dos interesses nacionais, com ações voltadas para a segurança do Estado, enquanto que a criminalidade urbana era tratada em segundo plano. A mudança ocorreu com a promulgação da Constituição Federal de 1988, quando a atuação policial voltou a sua atenção para as ameaças à integridade das pessoas e do patrimônio, o que permanece até aos dias atuais.

Embora tenha ocorrido a mudança no tratamento da segurança pública com a Constituição Federal de 1988, o sistema de segurança público brasileiro não tem se mostrado eficiente na prevenção, combate e controle do crime e da violência.

A criminalidade e violência no Brasil é uma das expressões da questão social que não dá para ser solucionada apenas pela ação da Polícia Militar, porém, necessita de políticas

públicas de segurança e políticas sociais eficazes, que integrem ações do Estado, das Polícias, das instituições e da sociedade.

Dentre as ações do Estado na perspectiva de conter a criminalidade e implementar ações no âmbito da segurança pública, no ano de 2000 foi criada a Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, que possui, entre outras competências, “assessorar o Ministro de Estado na definição, implementação e acompanhamento da Política Nacional de Segurança Pública e dos Programas Federais de Prevenção Social e Controle da Violência e Criminalidade.” (BRASIL, 2007).

Nesse sentido, programas têm sido implantados no Brasil como o Programa Nacional de Polícia Comunitária, criado, também, em 2000. No ano de 2004, foi criada a Força Nacional de Segurança Pública para apoiar os órgãos de segurança dos Estados. Temos visto que medidas têm sido tomadas a fim de manter a ordem pública, garantir a segurança dos cidadãos e do patrimônio, no entanto, como falado anteriormente, não tem sido suficientes, e isto é comprovado a partir da realidade posta todos os dias no país.

3.1 A Polícia Militar da Paraíba: uma breve contextualização de sua trajetória

Como órgão responsável por promover a ordem pública, a Polícia³ Militar na Paraíba foi criada ainda na época do Brasil Império, constituindo-se o mais antigo órgão público do Estado. Mas, antes de adentrar neste assunto, é importante assinalar o que Lima (2000, p.12) destaca acerca da Polícia como função e a origem da mesma como Instituição: “(...) a origem da Polícia como Função está intimamente relacionada com o surgimento do Direito como instrumento regular do convívio social”. Referente à Polícia como Instituição, Lima (2000, p. 13) acrescenta:

É em Roma, nos tempos dos Césares, poucos anos antes de Cristo, que a história registra a existência da primeira organização destinada à execução de tarefas atualmente atribuídas às Polícias. Era denominada de POLIAS e constituía-se de sete segmentos denominados de COORTES (...). Posteriormente esse tipo de organização foi instituído entre outros povos, recebendo denominações e formas próprias em cada Nação. Essa é, pois, a origem da Polícia como instituição.

Retornando à época do Brasil Império, a ordem pública estava ameaçada pelos movimentos revolucionários, e como medida para conter tais movimentos, bem como a desordem provocada por eles, principalmente no Rio de Janeiro, capital do Império, o Padre

³ De acordo com Lima (2000, p. 15) a palavra “POLÍCIA”, provém do termo grego “POLITEIA”, (POLIS = CIDADE + TEIA = ADMINISTRAÇÃO) e originou a expressão latina “POLITIA”, que tinha o significado original de “administração de uma cidade”.

Antônio Diogo Feijó, então Ministro da Justiça, criou em 1831, por Decreto Regencial, o Corpo de Guardas Municipais Permanentes do Rio de Janeiro. O mesmo Decreto concedia às demais Províncias o direito da criação do respectivo órgão.

Na Paraíba, o Corpo de Guardas Municipais Permanentes foi criado no ano de 1832, sob o comando do Capitão Francisco Xavier de Albuquerque, e com um efetivo 50 homens.

O Corpo de Guardas Municipais Permanentes recebeu ao longo do tempo várias denominações, até que em 1947, passou a ter a atual denominação, Polícia Militar.

A Polícia Militar da Paraíba no século XIX, ainda denominada de Força Policial, participou de vários movimentos e acontecimentos históricos na Paraíba e em outros Estados brasileiros. Dentre outras estão: a Revolução Praeira (1849); o Ronco da Abelha (1850); a Guerra do Paraguai (1865). No século XX, podemos destacar as Lutas do Cariri (1912), tendo ganhado destaque o Patrono da PMPB o Coronel PM Elísio Sobreira; a Coluna Prestes (1926); a Revolução Paulista (1932) e, dos combates à Intentona Comunista (1935)⁴.

A Polícia Militar da Paraíba, ao longo de sua existência, vem desempenhando suas ações no sentido de cumprir o que estabelece o § 5º do artigo 144 da Constituição Federal vigente, citado anteriormente, qual seja, a preservação da ordem pública.

Cabe-nos destacar a participação do 2º BPM, local da pesquisa que resultou neste estudo, como parte da história da Polícia Militar da Paraíba. Destacaremos, de maneira sintetizada o seu surgimento, sua participação na promoção da segurança pública e alguns dados à época do estágio supervisionado em Serviço Social e da pesquisa, sobre o trabalho e características do referido Batalhão.

Sobre o surgimento do 2º BPM, Lima (2000) destaca que na década de 1924, os grupos de cangaceiros assolavam o Nordeste. Na Paraíba, os grupos de cangaceiros assolavam, basicamente, a região sertaneja. Desse modo, o Ten-Cel Elísio Sobreira, comandante da Força Pública (nome da corporação na época), sob a ordem do governador do Estado, Dr. João Suassuna, adotou medidas contra o cangaço na tentativa de tornar mais efetiva a presença da polícia na região sertaneja paraibana. Com esse objetivo, no dia 20 de janeiro de 1925, foi criado o Batalhão de Caçadores, integrando a Força Policial com sede no município de Patos, posteriormente, denominado de 2º Batalhão de Polícia Militar. Após muitos anos e transferido várias vezes para outros municípios, o 2º BPM foi instalado no município de Campina Grande, onde permanece atualmente.

⁴ Uma síntese da história da Polícia Militar da Paraíba está disponível em: http://www.pm.pb.gov.br/arquivos/historia_da_pmpb.pdf. De maneira mais abrangente em LIMA, João Batista Lima (Cel). A Briososa: História da Polícia Militar da Paraíba – PMPB. João Pessoa: [s.n.], 2000. 160p

Durante a realização da pesquisa, no âmbito do estágio, o 2º BPM estava responsável por promover a segurança pública em dezessete municípios e dividia-se em seis Companhias. Constituíam-se, em seu interior, de um espaço destinado ao esporte (quadra, campo de futebol), havia uma sala para musculação, dois templos religiosos, banda de música, creche, ambulatório médico que atendia às variadas especialidades clínicas destinadas aos Policiais Militares, familiares e civis; setor de Serviço Social e de Psicologia.

Nesse mesmo período, havia no referido Batalhão o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), oriundo de Los Angeles, e presente em mais de 64 países, incluindo o Brasil. O PROERD no 2º BPM era executado por 18 Policiais Militares capacitados para aplicar o Programa aos alunos do 5º ao 7º ano do Ensino Fundamental e curso PROERD para pais. Em todo o Estado da Paraíba foram assistidos 25 municípios, 1.042 Escolas Estaduais e Municipais e mais de 52.000 crianças.

4 O SERVIÇO SOCIAL NA POLÍCIA MILITAR - 2º BPM DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE/PB: ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

De acordo com os resultados da pesquisa, a Tabela 1 apresenta distribuição dos Policiais Militares quanto ao gênero. Verificamos que 87% dos Policiais entrevistados são do sexo masculino, e apenas 13% são do sexo feminino. Historicamente o percentual de mulheres na Polícia Militar sempre foi reduzido em relação ao de homens.

Tabela 1 – Distribuição dos Policiais Militares quanto ao gênero.

Gênero	Nº	%
Masculino	26	87%
Feminino	04	13%
Total	30	100%

Fonte: Pesquisa de campo realizada em dezembro de 2011.

Na Tabela 2, a relação da faixa etária aponta que 10% dos entrevistados têm idade entre 20 e 25 anos, 7% têm entre 26 e 30 anos, 23% têm entre 31 e 35 anos, 13% têm entre 36 e 40 anos, e a maioria com 47%, têm 41 anos ou mais.

A partir dos dados, verificamos que a maioria dos Policiais entrevistados, 47% está na faixa etária acima de 41 anos, representando quase a metade do total de entrevistados; os outros 53% estão entre 20 e 40 anos de idade. A maior participação de Policiais na pesquisa foram os que têm idade de 31 anos acima, representando um total de 83% dos sujeitos entrevistados.

Tabela 2 – Distribuição dos Policiais Militares quanto à faixa etária

Faixa Etária	Nº	%
Entre 20 e 25 anos	03	10%
Entre 26 e 30 anos	02	7%
Entre 31 e 35 anos	07	23%
Entre 36 e 40 anos	04	13%
41 e mais anos	14	47%
Total	30	100%

Fonte: Pesquisa de campo realizada em dezembro de 2011.

Na Tabela 3 apresentamos o estado civil dos entrevistados. A maioria, 70% declarou ser casados, enquanto que 16% disseram ser solteiros, 7% possuem união estável e 7% afirmaram ser separados ou divorciados.

Tabela 3 – Distribuição dos Policiais Militares quanto ao estado civil

Estado Civil	Nº	%
Solteiro	05	16%
Casado	21	70%
União Estável	02	7%
Separado/Divorciado	02	7%
Total	30	100%

Fonte: Pesquisa de campo realizada em dezembro de 2011.

A Tabela 4 apresenta o Nível de Escolaridade dos Policiais Militares entrevistados, onde 3% têm Ensino Fundamental completo, 3% têm Ensino Fundamental incompleto, 40% possuem Ensino Médio completo, 3% têm o Ensino Médio incompleto, 24% cursaram o Ensino Superior completo, 17% têm Ensino Superior incompleto e 10% possuem Pós-graduação.

A partir dos dados expostos, observamos o ingresso de Policiais na instância militar com o nível de Ensino Fundamental completo, incompleto e Médio incompleto. É relevante destacar que os Policiais Militares que possuem tais níveis de escolaridade ingressaram na Polícia Militar quando não era exigido o nível médio como forma de ingresso, como é feito atualmente. É significativa a porcentagem de Policiais que possuem nível de escolaridade acima do nível médio. Somando as porcentagens dos Policiais que possuem Nível Superior Completo, Incompleto e Pós-graduação (51%), verificamos que ultrapassa a porcentagem dos que possuem Nível Médio (40%). Isso deixa claro o salto qualitativo na formação profissional dos Policiais Militares do 2º BPM.

Tabela 4 – Distribuição dos Policiais Militares quanto ao nível de escolaridade

Nível de Instrução	Nº	%
Ensino Fundamental Completo	01	3%
Ensino Fundamental Incompleto	01	3%
Ensino Médio Completo	12	40%
Ensino Médio Incompleto	01	3%
Ensino Superior Completo	07	24%
Ensino Superior Incompleto	05	17%
Pós-Graduação	03	10%
Total	30	100%

Fonte: Pesquisa de campo realizada em dezembro de 2011.

Na Tabela 5 apresentamos o grau hierárquico dos Policiais Militares referente ao Posto ou Graduação. Para entendermos melhor, a Lei nº 3.909 de 14 julho de 1977 – que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Estado da Paraíba – especifica o que é Posto ou Graduação nos parágrafos 1º e 2º do art. 14 da referida lei:

Parágrafo 1º - Posto é o grau hierárquico do Oficial conferido por ato do Governador do Estado da Paraíba.

Parágrafo 2º - Graduação é o grau hierárquico da praça conferido por ato do Comandante Geral da Polícia Militar.

No Círculo de Oficiais (Posto) estão inseridos Coronel, Tenente Coronel, Major, Capitão, Primeiro Tenente, Segundo Tenente e Aspirante-a-Oficial. No Círculo das Praças (Graduação) estão Subtenentes, Primeiro Sargento, Segundo Sargento, Terceiro Sargento, Cabo e Soldado.

Na Tabela 5, os resultados apontam que 3% é Major, 3% Primeiro Tenente, 3% Segundo Tenente, 3% Primeiro Sargento, 17% Segundo Sargento, 3% Terceiro Sargento, 34% Cabo, 24% Soldado e 10% Aluno.

Nesse sentido, identificamos que quanto Posto, grau hierárquico do Oficial, tivemos 9% dos entrevistados, enquanto que, referente à Graduação, grau hierárquico da praça, tivemos 81% dos entrevistados, e 10% foram alunos.

Tabela 5 – Distribuição dos Policiais Militares quanto ao Posto ou Graduação.

Posto ou Graduação	Nº	%
Major	01	3%
Primeiro Tenente	01	3%
Segundo Tenente	01	3%
Primeiro Sargento	01	3%
Segundo Sargento	05	17%
Terceiro Sargento	01	3%
Cabo	10	34%
Soldado	07	24%
Aluno	03	10%
Total	30	100%

Fonte: Pesquisa de campo realizada em dezembro de 2011.

A Tabela 06 apresenta a relação do tempo de atividade de Policial Militar desempenhada no 2º BPM. A maioria tem entre 21 e 25 anos, correspondendo a 20% dos entrevistados, seguidos de 17% entre 1 e 3 anos, 17% entre 7 e 10 anos, 13% entre 4 e 6 anos, 13% entre 16 e 20 anos e 10% com mais de 30 anos. Pretendeu questionar o tempo de trabalho apenas no 2º BPM e não o tempo de profissão.

Tabela 6 - Distribuição dos Policiais Militares quanto ao tempo de trabalho no 2º BPM.

Tempo de trabalho no 2º BPM	Nº	%
Entre 1 e 3 anos	05	17%
Entre 4 e 6 anos	04	13%
Entre 7 e 10 anos	05	17%
Entre 11 e 15 anos	03	10%
Entre 16 a 20 anos	04	13%
Entre 21 e 25 anos	06	20%
Mais de 30 anos	03	10%
Total	30	100%

Fonte: Pesquisa de campo realizada em dezembro de 2011.

No período do estágio supervisionado, questionávamos sobre os desafios enfrentados para a efetivação da prática profissional da assistente social junto aos Policiais Militares e familiares, o que nos motivou a analisar a concepção que o Policial Militar tem acerca da profissão de Serviço Social. Quando questionados sobre a concepção acerca da profissão, os Policiais Militares entrevistados expressaram as seguintes opiniões:

O Serviço Social é um serviço de acompanhamento que serve como elo para o desenvolvimento das ações. Não é uma profissão assistencialista (ENTREVISTADO Nº 1).

É uma profissão que presta apoio psicológico, moral e social aos indivíduos (ENTREVISTADO Nº 2).

O Serviço Social é o trabalho feito para auxiliar, ajudar, prestar assistência às pessoas que dela necessitam (ENTREVISTADO Nº 3).

Eu entendo que a função de agente social é a função de, digamos, garantidor de direitos das pessoas que não conhecem os seus direitos, digamos assim, buscando se informar através das leis, etc., sobre o que as pessoas deveriam ter de direitos atendidos e não tem, e buscando esses direitos para as pessoas, então, eu imagino que seria isso (ENTREVISTADO Nº 14).

Percebemos nos relatos dos entrevistados nº 2 e nº 3 a ideia de uma profissão que está direcionada ao atendimento dos indivíduos para prestar-lhes apoio psicológico, moral, social e para auxiliar, ajudar, prestar assistência a quem necessitar.

O Serviço Social é uma profissão de caráter interventivo, que possui um Código de Ética e é regulamentada pela Lei nº 8.662 de 7 de junho de 1993. Para exercer a profissão é necessária a formação universitária, bem como, vender a sua força de trabalho especializada aos empregadores, conforme nos diz Iamamoto (2010).

Vale ressaltar que o assistente social não presta apoio e atendimento psicológico, mas atua, em seu exercício profissional, em uma equipe multidisciplinar e, dependendo do espaço ocupacional, em articulação com profissionais da Psicologia, providenciando o encaminhamento do usuário do Serviço Social, caso este necessite de atendimento psicológico.

Os entrevistados nº 1 e nº 14 falaram pontos importantes destacando que a profissão não é assistencialista e que garante direitos. É interessante a colocação, pois o Serviço Social de fato não efetua práticas assistencialistas, tendo em vista que a profissão rompeu com o conservadorismo e este processo se deu nas décadas de 60 e 70. O assistente social trabalha dentro da perspectiva dos princípios norteadores da profissão que, dentre eles, podemos citar a defesa intransigente dos direitos humanos, a ampliação e consolidação da cidadania, posicionamento em favor da equidade e da justiça social (BRASIL, 1993).

A importância do entendimento acerca da profissão, por parte dos Policiais Militares é muito importante para entendermos a realidade na qual o profissional de Serviço Social está inserido. Nessa perspectiva, tornou-se importante, também, averiguarmos se os Policiais Militares conheciam ou não o setor de Serviço Social do 2º BPM. Os resultados são apresentados na tabela a seguir.

Na Tabela 7 vemos que 90% dos Policiais Militares já tinham conhecimento acerca do setor de Serviço Social, enquanto que apenas 10% não o conheciam. Os dados são relevantes, pois no período de estágio não tínhamos como avaliar o nível de conhecimento e a partir dos dados da tabela verificamos que o setor de Serviço Social é conhecido pelos Policiais

Militares, estes tendo utilizado ou não os serviços disponibilizados pelo setor. Na tabela 8 apresentaremos de que forma os Policiais Militares obtiveram o conhecimento do setor.

Tabela 7. Distribuição dos Policiais Militares quanto ao conhecimento do setor de Serviço Social.

Conhecimento do setor de Serviço Social	Nº	%
Sim	27	90%
Não	03	10%
Total	30	100%

Fonte: Pesquisa de campo realizada em dezembro de 2011.

Na Tabela 08, quanto à forma que os Policiais Militares obtiveram conhecimento do setor de Serviço Social no 2º BPM, os resultados mostram que a maioria, 64% obteve conhecimento através das ações do referido setor, 3% através de visita domiciliar e/ou hospitalar realizada pela assistente social, 13% por meio de Policiais Militares, 3% através do encaminhamento de outros setores do Batalhão e 7% afirmaram ser por outros motivos e 10% não conhecem/desconhecem o setor de Serviço Social.

Tabela 8 – Distribuição dos Policiais Militares quanto à forma que obteve conhecimento do setor de Serviço Social

Como obteve conhecimento do setor de Serviço Social	Nº	%
Através das ações do setor	19	64%
Através de visita domiciliar e/ou hospitalar	01	3%
Por meio de Policiais Militares	04	13%
Encaminhado por outros setores do Batalhão	01	3%
Outros	02	7%
Não conhecem/desconhecem o setor	03	10%
Total	30	100%

Fonte: Pesquisa de campo realizada em dezembro de 2011.

A partir dos dados acima, identificamos que em primeiro lugar, a prática profissional da assistente social foi fundamental para que o setor de Serviço Social se tornasse conhecido no 2º BPM, ou seja, por 64% dos entrevistados. Outro fator que viabilizou o conhecimento do setor foi a visita domiciliar e/ou hospitalar realizada pela a assistente social, revelando que a sua prática profissional não se restringe ao âmbito do Batalhão, mas se desvela no atendimento e acompanhamento dos usuários do Serviço Social para além do âmbito institucional. Vale ressaltar que a prática profissional não se dava sem o enfrentamento de desafios cotidianos.

Considerando os dados acima descritos, bem como os 13% dos entrevistados que tomou conhecimento do setor por meio de Policiais Militares, os 3% dos entrevistados que conheceram através do encaminhamento de outros setores do Batalhão, e os 7% por outros motivos, averiguamos que o Serviço Social conquistou o seu espaço no 2º BPM e tem se configurado como uma profissão conhecida e reconhecida que trabalha em articulação com os demais setores do Batalhão se vinculando à realidade institucional, no atendimento aos seus usuários. Nesse sentido, tornou-se relevante para este estudo identificar, dentre os 30 Policiais entrevistados, quantos utilizaram ou não os serviços disponibilizados pelo setor de Serviço Social e o resultado é apresentado na tabela 9.

Tabela 9 – Distribuição dos Policiais Militares quanto à utilização dos serviços disponibilizados no setor de Serviço Social

Utilização dos serviços do setor de Serviço Social	Nº	%
Sim	15	50%
Não	15	50%
Total	30	100%

Fonte: Pesquisa de campo realizada em dezembro de 2011.

A Tabela 9 apresenta que 50% dos entrevistados utilizaram os serviços disponibilizados pelo setor de Serviço Social e 50% não utilizaram. Anteriormente, descrevemos na tabela 7, que 90% dos entrevistados conhecem o setor de Serviço Social, no entanto, verificamos que o conhecimento do setor não está associado à utilização dos serviços pois, do total dos entrevistados, apenas 50% fizeram uso dos serviços. Nesse sentido e na perspectiva de aprofundarmos este estudo, questionamos que tipo serviço foi utilizado/solicitado pelos 50% dos entrevistados, os quais informaram o seguinte:

Encaminhamento do setor que trabalho para o setor de Serviço Social. Não foi nada pessoal (ENTREVISTADO Nº 1).

Informações (ENTREVISTADO Nº 3).

Atendimento individual por problemas de saúde (ENTREVISTADO Nº 4).

(...) estamos tentando uma cirurgia com a Assistente Social e o Comando (ENTREVISTADO Nº 13).

Através da fala do entrevistado nº 1 e nº 13 verificamos a existência da articulação do setor de Serviço Social com outros setores do 2º BPM. De fato, o setor de Serviço Social

trabalha em articulação com os demais setores do Batalhão, visando o atendimento dos seus usuários, os Policiais Militares e seus familiares.

Observamos também, que foi solicitado informação e houve atendimento individual por problemas de saúde. À época da pesquisa o setor viabilizava o encaminhamento e acompanhamento em articulação com o Batalhão a Policiais que necessitavam de atendimento especializado por problemas de saúde. É relevante destacar, com base nos relatos, que as ações do setor se vinculam à realidade institucional e que a assistente social atua na democratização das informações, permitindo o acesso dos usuários aos programas e serviços institucionais, conforme determinado no Código de Ética do Assistente Social.

Abaixo, na tabela 10, transcrevemos o fator pelo qual os outros 50% dos entrevistados não utilizaram os serviços disponibilizados pelo setor de Serviço Social.

Tabela 10 – Distribuição dos Policiais Militares quanto ao fator pelo qual não utilizou os serviços disponibilizados no setor de Serviço Social

Fator pelo qual não utilizou os serviços disponibilizados no setor de Serviço Social	Nº	%
Falta de necessidade	12	80%
Timidez	01	7%
Desconhece as ações do setor	02	13%
Total	15	100%

Fonte: Pesquisa de campo realizada em dezembro de 2011.

A Tabela 10 mostra o fator pelo qual os 50% ou 15 Policiais afirmaram não ter utilizado os serviços do setor, onde 80% estão associados à falta de necessidade, 7% devido à timidez e 13% porque desconhecem as ações do setor. Os dados revelam que a falta de necessidade foi o principal fator de os Policiais não utilizarem os serviços disponibilizados no setor e, evidencia que existe a falta de conhecimento das ações do setor por parte de alguns Policiais, impossibilitando-os, se necessitassem, de utilizarem os serviços que o setor disponibiliza. O fator da timidez se mostra menos relevante, pois foi citado apenas 01 pessoa (7%).

Pedi-se aos sujeitos da pesquisa que dissessem em suas concepções, quais são as atribuições privativas da assistente social do 2º BPM. Observemos as falas abaixo:

São várias: propor mudanças, acompanhar as políticas públicas, orientar (ENTREVISTADO Nº 1).

Detectar os Policiais carentes de apoio e realizar visitas domiciliares (ENTREVISTADO Nº 2).

Acompanhamento, orientar, aconselhar, visita domiciliar (ENTREVISTADO Nº 7).

É uma gama muito grande, quer que eu seja específico, né? Eu acho que é você dar suporte ao policial na informação, né? Nos encaminhamentos, né? Porque às vezes, você não tem, não tem a informação e o profissional do Serviço Social tá muitas vezes pra dar suporte. Quando não pode resolver, quando não tá na alçada dela, especificamente, ela tá pra buscar orientação e encaminhar. É esse o trabalho dela, que eu vejo (ENTREVISTADO Nº 26).

Ao analisarmos as falas dos entrevistados nº 1, nº 7 e nº 26, percebemos que há uma divergência de conhecimento dos entrevistados quanto às atribuições privativas. A ideia de atribuições privativas, concebida por eles, não corresponde ao que de fato são as atribuições postas no art. 5º da Lei nº 8.662/93 (que dispõe sobre a profissão de assistente social), mas refere-se às competências do assistente social que estão inseridas no artigo 4º da referida lei.

Na fala dos entrevistados nº 2 e o nº 7 são apontadas um instrumental que é a visita domiciliar. Sobre isso, Cardoso (2008) diz que as visitas sociais, sejam domiciliares, institucionais, hospitalares, é um instrumental utilizado pelo assistente social em seu exercício profissional e que está posto a serviço dos usuários e de seus direitos sociais. Através desse instrumental é possível obter conhecimento profundo da realidade e assim promover ações que possibilitem a transformação da mesma.

Ressaltamos que não podíamos exigir dos sujeitos entrevistados o domínio do conhecimento acerca das atribuições privativas da assistente social. Com este questionamento, queríamos obter o nível de conhecimento acerca do assunto.

Nesse sentido, dentre outras, constituem atribuições privativas do assistente social de acordo com o artigo 5º da Lei nº 8.662 de 7 de junho de 1993, que dispõe sobre profissão de Assistente Social:

- I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;
- II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;
- III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;
- IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;
- V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;
- VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;
- VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação;
- VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social;
- X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social.

Questionou-se aos Policiais Militares entrevistados, sobre a prática do setor de Serviço Social desenvolvida no atendimento aos Policiais Militares e seus familiares. Sobre isso, temos:

A prática existe, mas deveria ser menos burocrática. O acesso aos serviços do setor é burocrático. A prática do setor é fundamental no Batalhão (ENTREVISTADO Nº 3).

No setor tem uma pessoa ativa que busca trabalhar na perspectiva de ajudar as pessoas, os Policiais Militares (ENTREVISTADO Nº 4).

Como eu não conhecia esse setor aqui, eu não sei como é o funcionamento, como é a atividade aqui dentro do Batalhão. Pra mim, fica difícil falar (ENTREVISTADO Nº 8).

Falta divulgação (ENTREVISTADO Nº 11).

Eu acho muito importante (ENTREVISTADO Nº 30).

As informações acima destacam a existência e a importância da prática do setor, afirmam que a assistente social é ativa, que existe falta de conhecimento do setor e falta de divulgação do mesmo. O entrevistado nº 3 destaca a existência da burocracia no acesso aos serviços do setor de Serviço Social. Sobre isso Iamamoto (2010) diz que a burocracia é um dos elementos que incide sobre o trabalho realizado no âmbito do Estado. No entanto, destaca a necessidade de o assistente social criar mecanismos que sejam passíveis de desburocratizar o acesso aos direitos por parte dos usuários.

Questionamos os sujeitos entrevistados sobre a importância do setor de Serviço Social no 2º BPM. A Tabela 11 apresenta o resultado.

Tabela 11 – Distribuição dos Policiais Militares sobre a opinião acerca da existência do setor de Serviço Social no 2º BPM

Opinião acerca da existência do setor de Serviço Social	Nº	%
Muito importante	24	80%
Importante	06	20%
Pouco importante	-	-
Sem importância	-	-
Total	30	100%

Fonte: Pesquisa de campo realizada em dezembro de 2011.

Os dados da Tabela 11 evidenciam que 80% dos Policiais Militares considera muito importante a existência do setor de Serviço Social e 20% consideram importante. Não houve quem considerasse a existência do setor pouco importante ou sem nenhuma importância.

Observamos que os Policiais entrevistados reconhecem a importância da existência do setor de Serviço Social no 2º BPM.

Perguntou-se aos Policiais Militares que destacassem sugestões sobre que tipo de ações e/ou atividades deveriam ser desenvolvidas pelo setor de Serviço Social do 2º BPM. Dentre elas, estão:

Desenvolver políticas externas: divulgar o setor por meio de palestras, do Boletim Informativo, por meio de reuniões com a ROTAM, por exemplo. Enfim, divulgar o setor para que as pessoas conheçam e possam utilizar os serviços do setor (ENTREVISTADO Nº 1).

Ajudar os filhos de Policiais Militares que tem problemas de saúde no encaminhamento para o CAPS (ENTREVISTADO Nº 6).

Isso aí eu não tenho muito conhecimento não. Porque assim, a gente sabe as atividades, as atribuições que vocês têm ali, mas a gente não sabe o que poderia ter mais. No caso, falta conhecimento da minha parte de saber o que poderia fazer mais (ENTREVISTADO Nº 7).

Eu não tenho nenhuma ação a informar porque eu não sei quais são as atribuições. Aí fica difícil dizer que tipo de ação se eu não sei as atribuições. Eu não sei até que ponto vai o Serviço Social, em que ele pode ajudar. Eu não sei a fundo (ENTREVISTADO Nº 21).

Analisando as respostas dos entrevistados percebemos que falta conhecimento, por parte de alguns Policiais Militares, sobre as ações do setor, sobre as atribuições privativas do assistente social, conforme falaram os entrevistados nº 1, nº 7, nº 21.

O entrevistado nº 6 sugeriu que o setor de Serviço Social, através de encaminhamento a outra instituição, o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), viabilizasse esse tipo de atendimento a filhos de Policiais Militares.

Nesse sentido, é interessante destacar que o Assistente Social trabalha no sentido de viabilizar a garantia dos direitos de seus usuários, por meio da mediação facilitando o acesso. Iamamoto (2010) diz que o assistente social ao ingressar em uma instituição empregadora, passa a fazer parte de uma equipe de trabalhadores onde implementa ações através de um trabalho combinado ou cooperativo, assumindo perfis diferenciados em seus espaços ocupacionais. Vale ressaltar que o setor de Serviço Social do 2º BPM viabiliza este tipo de atendimento em articulação com os setores do referido Batalhão e outras instituições.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar como têm-se configurado a profissão de Serviço Social no 2º Batalhão de Polícia Militar no município de Campina Grande/PB, sob o

olhar dos Policiais Militares. A proposta deste estudo deveu-se ao fato, de que, o setor de Serviço Social, do referido batalhão, enfrentava desafios na efetivação de suas ações junto aos Policiais Militares e seus familiares, enquanto usuários do setor, o que nos impulsionou a refletir como se configurava o conhecimento acerca da profissão por parte dos Policiais Militares.

Constatamos, a partir dos dados coletados, que a maioria dos Policiais Militares entrevistados é do sexo masculino pois, historicamente, esse universo militar é constituído como profissão do gênero masculino. Estão na faixa etária entre 20 anos e mais de 41 anos, sendo a maioria entre 41 anos e mais anos. A maioria é casada e possui nível de escolaridade do Ensino Fundamental incompleto à Pós-Graduação. Na pesquisa, entrevistamos Major, Primeiro Tenente, Segundo Tenente, Primeiro Sargento, Segundo Sargento, Terceiro Sargento, Cabo, Soldado e Aluno. O tempo de trabalho no 2º BPM varia entre um ano e mais de 30 anos.

Quanto à concepção que os Policiais Militares têm acerca da profissão de Serviço Social, verificamos que o conhecimento é superficial, embora apresentem aspectos relevantes, quando destacam que não é uma profissão assistencialista, mas que garante direitos. A maioria conhece o setor de Serviço Social do 2º BPM, e este conhecimento se deu, em primeiro lugar, através da prática profissional da assistente social, que se efetiva no atendimento aos seus usuários, desvelando-se para além do âmbito institucional, através de visitas domiciliar e/ou hospitalar, bem como através da articulação com os demais setores do Batalhão.

Quanto à utilização dos serviços do setor de Serviço Social, a metade dos entrevistados utilizou e a outra metade não utilizou. Verificamos que o conhecimento do setor, pela maioria dos Policiais Militares, não está associado à utilização dos serviços. E a não utilização, pela outra metade, está associada à falta de necessidade, à timidez e ao desconhecimento das ações do setor. À época do estágio, questionávamos que alguns Policiais Militares não utilizavam os serviços do setor devido à falta de conhecimento da profissão, no entanto, verificamos a existência do conhecimento e, os que não utilizaram os serviços foram, em primeiro lugar, devido à falta de necessidade.

Apesar de conhecerem o setor e de terem utilizado os seus serviços, foi constatado que os Policiais Militares não têm o conhecimento acerca das atribuições privativas do assistente social, possuem, porém, o conhecimento das competências profissionais. Destacam a existência e a importância do setor de Serviço Social no 2º BPM, afirmando que a assistente social é ativa, no atendimento aos usuários do setor.

Através dos resultados, constatamos que o setor de Serviço Social no 2º BPM tem trabalhado em articulação com os demais setores do Batalhão se vinculando, através de suas ações, à realidade institucional, prestando informações, viabilizando encaminhamentos e a garantia dos direitos de seus usuários. Têm-se configurado com uma profissão conhecida, reconhecida e legitimada pelos Policiais Militares.

REFERÊNCIAS

BARROS, A. de J. P. de; LEHFELDE, N. A. de S. **Projeto de Pesquisa: Propostas Metodológicas**. 17. ed. São Paulo: Vozes, 1990.

BRASIL. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Lei 8.662 de 7 de julho de 1993. Regulamenta a profissão de Assistente Social e dá outras providências. 9. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Secretaria Nacional de Segurança Pública**. Competências. Texto na Web. 2007. Disponível em:
<<http://portal.mj.gov.br/main.asp?View=%7B1BFF9F1B-2ECD-4A25-9976-661FB5A66624%7D&Team=¶ms=itemID=%7B540715BB-1C9B-47D3-9549-9FA38E3E99FA%7D;&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7D>>. Acesso em 08 nov. 2010.

_____. Constituição (1988). **Constituição [da] Republica Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

CARDOSO, M. de F. M. **Reflexões sobre Instrumentais em Serviço Social**: observação sensível, entrevista, relatório, visitas e teoria de base no processo de intervenção social. São Paulo: LCTE, 2008.

CHAGAS, E. F. **O Método dialético de Max**: investigação e exposição crítica do objeto. Texto da Web. Disponível em:
http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2012/trabalhos/6520_Chagas_Eduardo.pdf
. Acesso em: 10 de set. 2013

FALCÃO, F. J. Resgate de uma década: a conjuntura político-social brasileira dos anos 80. **Libertas on line**, Juiz de Fora, v. 2, n.2, p.28-49, jul. 2008. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistalibertas/files/2011/02/artigo02_8.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2010

GUIMARÃES, S. de J. O Serviço Social na Contemporaneidade: Enfrentando as Desigualdades, Injustiça e as Várias Formas de Expressão da Questão Social. In: **Serviço e Contemporaneidade**: Revista do Departamento de Serviço Social. Universidade Federal do Piauí. v.2, n. 3, p 218, 2005.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações Sociais e Serviço Social**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1982.

LIMA, J. B. **A Briosa**: História da Polícia Militar da Paraíba. João Pessoa: [s.n.], 2000.

MARTINS, J. M. **Instituição Policial Militar e Segurança Pública**: análise à luz da política jurídica. 2008. 138 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Jurídica) – Universidade Vale do Itajaí, Santa Catarina. 2008. Disponível em: <http://www6.univali.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=515>. Acesso em: 09 de ago. 2011.

MATHIAS, J. C. S. A Polícia Militar e as Políticas Públicas Municipais na Prevenção Criminal. **Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP**, Marília-SP, ed. 5, n. 5, p. 24-36, mai. 2010. Disponível em: <http://www.observatoriodeseguranca.org/files/Pol%C3%ADcia%20Militar%20e%20Pol%C3%ADticas%20Municipais.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2013

MINAYO, M. C. de S. Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social. In: **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. DESLANDES, S. F. et al. (Org.). Petrópolis-RJ: Vozes, 1994. p. 9-29.

PARAÍBA. Lei n° 3.909, de 14 de julho de 1977. Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Estado da Paraíba. **Diário Oficial [do] Estado**, Poder Legislativo, 20 jul. 1977. Disponível em: http://www.pm.pb.gov.br/arquivos/Estatuto_dos_Policiais_Militares.pdf. Acesso em: 10 de nov. 2010.

PAULO NETTO, J. **Ditadura e Serviço Social**: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. Transformações societárias e Serviço Social: Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, n. 50, ano XVII, p. 87-129, abr.1996.

POLÍCIA MILITAR (Paraíba). **História da PMPB**. Disponível em:
<http://www.pm.pb.gov.br/arquivos/historia_da_pmpb.pdf>. Acesso em: 02 de dez. 2010

RAICHELIS, R. O trabalho do assistente social na esfera estatal. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Disponível em:
http://xa.yimg.com/kq/groups/15556754/2018696398/name/1_-_Texto-base_I.pdf. Acesso em: 10 nov. 2012.

SILVA JUNIOR, D. A. **Segurança pública como cultura do controle**. Texto da web. Disponível em:
<http://www.forumseguranca.org.br/revista/index.php/rbsp/article/viewFile/75/73>. Acesso em: 10 nov. 2012

SILVA, M. O. da S. e (Coord.). **O Serviço Social e o Popular**: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. São Paulo: Cortez, 1995.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

APÊNDICE A – ENTREVISTA COM OS POLICIAIS MILITARES DO 2º BPM



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

NOME DA PESQUISA: O Serviço Social na Polícia Militar: uma análise da profissão sob o olhar dos Policiais Militares do 2º BPM do município de Campina Grande/PB.

ALUNA: Jailma Vannucci dos Santos Rangel

ORIENTADORA: Prof^ª. Ms. Alecsonia Pereira Araújo

ROTEIRO DE ENTREVISTA

ENTREVISTA Nº: _____

I- IDENTIFICAÇÃO

a) Sexo:

Masculino Feminino

b) Faixa etária:

20 – 25 anos 36 – 40 anos
 26 – 30 anos 41 e mais anos
 31 – 35 anos

c) Estado civil:

Solteiro (a) Separado (a) / Divorciado (a)
 Casado (a) Viúvo (a)
 União estável

d) Nível de instrução:

Ensino Fundamental Ensino Fundamental incompleto
 Ensino Médio Ensino Médio incompleto
 Ensino Superior Ensino Superior incompleto
 Pós-graduação

e) Qual o seu posto ou graduação:

Coronel/PM Subtenente/PM
 Tenente Coronel/PM Primeiro Sargento/PM
 Major/PM Segundo Sargento/PM

j) Que tipo de ações e/ou atividades deveriam ser desenvolvidas pelo setor de Serviço Social do 2º BPM?

Campina Grande, _____ de _____ 2011

Estagiária de Serviço Social

ANEXO A – DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM PROJETO DE PESQUISA**DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: O SERVIÇO SOCIAL NA POLÍCIA MILITAR: uma análise da profissão sob o olhar dos Policiais Militares do 2º BPM do município de Campina Grande/PB.

Eu, Alecsonia Pereira Araújo, (Orientadora Acadêmica), (Professora) da (Universidade Estadual da Paraíba) portadora do RG: 2124419, declaro que estou ciente do referido Projeto de Pesquisa e comprometo-me em verificar seu desenvolvimento para que se possam cumprir integralmente os itens da Resolução 196/96, que dispõe sobre a Ética em Pesquisa que envolve Seres Humanos.

Orientador(a)

Orientando(a)

CAMPINA GRANDE/PB, _____ de _____ de 2011.

ANEXO B – TERMO DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL**TERMO DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL**

Pesquisa: O SERVIÇO SOCIAL NA POLÍCIA MILITAR: uma análise da profissão sob o olhar dos Policiais Militares do 2º BPM do município de Campina Grande/PB.

Eu, Jailma Vannucci dos Santos Rangel, (Graduanda de Serviço Social), (Estagiária) da (Universidade Estadual da Paraíba) portadora do RG: 2661490 e CPF: 050.110.984-60, comprometo-me em cumprir integralmente os itens da Resolução 196/96 do CNS, que dispõe sobre Ética em Pesquisa que envolve Seres Humanos.

Estou ciente das penalidades que poderei sofrer caso infrinja qualquer um dos itens da referida resolução.

Por ser verdade, assino o presente compromisso.

PESQUISADOR(A)

CAMPINA GRANDE/PB, _____ de _____ de 2011.

ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE

(OBSERVAÇÃO: para o caso de pessoas maiores de 18 anos e não incluídas no grupo de vulneráveis)

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido eu, _____, em pleno exercício dos meus direitos me disponho a participar da pesquisa **O SERVIÇO SOCIAL NA POLÍCIA MILITAR**: uma análise da profissão sob o olhar dos Policiais Militares do 2º BPM do município de Campina Grande/PB.

Declaro ser esclarecido e estar de acordo com os seguintes pontos:

O trabalho **O SERVIÇO SOCIAL NA POLÍCIA MILITAR**: uma análise da profissão sob o olhar dos Policiais Militares do 2º BPM do município de Campina Grande/PB terá como objetivo geral analisar como têm-se configurado a profissão de Serviço Social no 2º Batalhão de Polícia Militar do município de Campina Grande/PB, sob o olhar dos Policiais Militares.

Ao voluntário só caberá a autorização para uma entrevista semi-estruturada, contendo perguntas objetivas e subjetivas e não haverá nenhum risco ou desconforto ao voluntário.

- Ao pesquisador caberá o desenvolvimento da pesquisa de forma confidencial, revelando os resultados ao médico, indivíduo e/ou familiares, cumprindo as exigências da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde.
- O voluntário poderá se recusar a participar, ou retirar seu consentimento a qualquer momento da realização do trabalho ora proposto, não havendo qualquer penalização ou prejuízo para o mesmo.
- Será garantido o sigilo dos resultados obtidos neste trabalho, assegurando assim a privacidade dos participantes em manter tais resultados em caráter confidencial.
- Não haverá qualquer despesa ou ônus financeiro aos participantes voluntários deste projeto científico e não haverá qualquer procedimento que possa incorrer em danos físicos ou financeiros ao voluntário e, portanto, não haveria necessidade de indenização por parte da equipe científica e/ou da Instituição responsável.

Qualquer dúvida ou solicitação de esclarecimentos, o participante poderá contatar a equipe científica no número (083) 88637671 com Joseane Pereira de Alcântara.

- Ao final da pesquisa, se for do meu interesse, terei livre acesso ao conteúdo da mesma, podendo

discutir os dados, com o pesquisador, vale salientar que este documento será impresso em duas vias e uma delas ficará em minha posse.

- Desta forma, uma vez tendo lido e entendido tais esclarecimentos e, por estar de pleno acordo com o teor do mesmo, dato e assino este termo de consentimento livre e esclarecido.

Assinatura do (a) pesquisador responsável

Assinatura do (a) Participante



**Assinatura Dactiloscópica
Participante da pesquisa**

ANEXO D – TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL**2º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR – O GUARDIÃO DO PLANALTO DA
BORBOREMA**

AV. Pedro I, 687 – São José, Campina Grande/PB
(83) 3310-9350
CGC 70.097.779/0001-90

TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Estamos cientes da intenção da realização do projeto intitulado “**O SERVIÇO SOCIAL NA POLÍCIA MILITAR:** uma análise da profissão sob o olhar dos Policiais Militares do 2º BPM do município de Campina Grande/PB”, desenvolvida pela aluna Jailma Vannucci dos Santos Rangel do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, sob a orientação da professora Alecsonia Pereira Araújo.

CAMPINA GRANDE/PB, _____ de _____ de 2011.